

OS IMPACTOS PSICOLÓGICOS DAS REDES DE APOIO NO ACOLHIMENTO DE ADOLESCENTES TRANSGÊNEROS

**THE PSYCHOLOGICAL IMPACTS OF SUPPORT NETWORKS IN FOSTERING
TRANSGENDER ADOLESCENTS**

Ciências Sociais Aplicadas, Ciências da Saúde • 09/09/2026

REGISTRO DOI: [10.70773/revistatopicos/788841444](https://doi.org/10.70773/revistatopicos/788841444)

Rhaissa Cunha Chaves¹

Maria Clara de Souza Melo²

RESUMO

Este artigo analisa os impactos psicológicos das redes de apoio no acolhimento de adolescentes transgêneros, com foco nas vivências identitárias, nos fatores de proteção e nas condições que intensificam o sofrimento psíquico. O estudo adota abordagem qualitativa, caráter exploratório-descritivo e método de revisão narrativa da literatura, reunindo produções científicas e documentos normativos relacionados à adolescência transgênero, à saúde mental e à atuação da Psicologia. Os resultados indicam que redes familiares, escolares, de saúde e comunitárias podem funcionar tanto como espaços de reconhecimento e proteção quanto como contextos de exclusão, violência e invisibilização. Observou-se que o apoio social, o uso do nome social, a escuta qualificada e a articulação em rede favorecem o bem-estar psicológico e fortalecem a construção identitária. Conclui-se que a atuação psicológica, quando pautada pela despatologização, pela autonomia e pela garantia de direitos, contribui de forma significativa para reduzir os impactos negativos sobre a saúde mental de adolescentes transgêneros.

Palavras-chave: adolescência transgênero; redes de apoio; saúde mental; Psicologia; identidade de gênero.

ABSTRACT

This article analyzes the psychological impacts of support networks on the acceptance and care of transgender adolescents, focusing on identity experiences, protective factors, and conditions that exacerbate psychological distress. The study employs a qualitative approach, an exploratory-descriptive design, and a narrative literature review method, synthesizing scientific literature and regulatory documents regarding transgender adolescence, mental health, and the role of psychology. The results indicate that family,

school, healthcare, and community networks can serve either as spaces of recognition and protection or as contexts of exclusion, violence, and invisibility. It was observed that social support, the use of a chosen name, attentive listening, and network coordination foster psychological well-being and strengthen identity formation. The study concludes that psychological practice—when grounded in depathologization, autonomy, and the guarantee of rights—contributes significantly to mitigating the negative impacts on the mental health of transgender adolescents.

Keywords: transgender adolescence; support networks; mental health; psychology; gender identity.

INTRODUÇÃO

A adolescência constitui uma das fases mais singulares do desenvolvimento humano, marcada por intensas transformações físicas, emocionais e sociais que influenciam diretamente a construção da identidade e a passagem para a vida adulta. A Organização Mundial da Saúde (2024) delimita esse período entre os 10 e os 19 anos e destaca que, embora a maior parte dos jovens apresente boa saúde mental, é justamente nessa etapa que fatores como pobreza, violência e ausência de acolhimento ampliam significativamente os riscos de adoecimento psíquico. No Brasil, essa preocupação encontra respaldo legal no Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei nº 8.069/1990), que assegura a crianças e adolescentes o direito à proteção integral, atribuindo à família, à comunidade, à sociedade e ao poder público a responsabilidade de garantir condições dignas para o pleno desenvolvimento físico, mental e social desses sujeitos.

Dentro desse cenário mais amplo de vulnerabilidades próprias da adolescência, a vivência de adolescentes transgêneros apresenta particularidades que merecem atenção específica. Braz et al. (2020) esclarecem que pessoas transgênero são aquelas cuja identidade de gênero não corresponde ao sexo atribuído no nascimento, tratando-se de um processo de construção identitária que envolve dimensões subjetivas e sociais, e não de uma condição a ser corrigida. Alves et al. (2021) e Alvares et al. (2022) apontam que adolescentes trans, ao vivenciarem a discrepância entre o sexo atribuído no nascimento e sua identidade de gênero, encontram-se mais expostos à disforia e a quadros de sofrimento psíquico do que seus pares cisgêneros, sobretudo em razão do estigma e da discriminação histórica que a população transgênero enfrenta. Chinazzo et al. (2021), a partir do modelo de estresse de minoria, reforçam que essa população apresenta prevalência elevada de sintomas depressivos e de ideação suicida quando comparada à população geral, o que evidencia a urgência de se compreender os fatores que podem atenuar ou agravar esse sofrimento.

É nesse ponto que as redes de apoio assumem papel central. A literatura tem demonstrado que família, escola, serviços de saúde e sociedade civil organizada podem funcionar tanto como espaços de proteção quanto como fontes adicionais de violência e exclusão. Brown et al. (2020) destacam que relações familiares positivas atuam como importante fator de proteção para jovens transgênero, reduzindo os efeitos do estigma sobre a saúde mental; contudo, Selles et al. (2022) relatam que conflitos familiares marcam a trajetória da maioria das pessoas trans entrevistadas em suas pesquisas, revelando a ambiguidade desse espaço. De modo semelhante, Medeiros e Cadoná (2024) evidenciam que a escola, ancorada na cisheteronormatividade, pode se tornar ambiente de

violência e não pertencimento, enquanto Nova e Aranha (2025) apontam lacunas significativas nas políticas públicas de saúde e assistência social voltadas a essa população. Diante dessa multiplicidade de contextos, ora protetivos, ora excludentes, compreender os impactos psicológicos que as diferentes redes de apoio exercem sobre adolescentes transgêneros torna-se uma questão relevante tanto para a produção de conhecimento científico quanto para a qualificação das práticas de acolhimento voltadas a essa população.

Nesse contexto, a Psicologia ocupa lugar de destaque, uma vez que a Resolução CFP nº 01/2018 e a Nota Técnica CFP nº 11/2025 orientam que a atuação profissional junto a pessoas trans, travestis e não binárias deve ser pautada pela escuta qualificada, pelo respeito à autodeterminação de gênero e pela despatologização das identidades, superando abordagens historicamente marcadas por diagnósticos que reforçavam estigmas. Ainda assim, permanece a necessidade de aprofundar a compreensão sobre como as diferentes redes de apoio, familiar, escolar, de saúde e comunitária, impactam concretamente o bem-estar psicológico de adolescentes transgêneros e sobre quais estratégias os profissionais de Psicologia podem adotar para reduzir os prejuízos identitários vividos por esse público.

A partir desse panorama, formula-se o seguinte problema de pesquisa: quais os impactos psicológicos identitários das diferentes redes de apoio no acolhimento de adolescentes transgêneros? A relevância desta investigação justifica-se, em primeiro lugar, no plano teórico, pela necessidade de ampliar a produção científica nacional sobre a temática, ainda incipiente quando comparada à magnitude do sofrimento psíquico enfrentado por essa população,

conforme evidenciam Chinazzo et al. (2021) e Castro et al. (2025). Em segundo lugar, justifica-se no plano social e prático, uma vez que compreender o papel das redes de apoio pode subsidiar a qualificação do acolhimento oferecido por familiares, instituições escolares, serviços de saúde e profissionais de Psicologia, contribuindo para a redução de práticas patologizantes e discriminatórias e para a promoção de intervenções verdadeiramente afirmativas. Por fim, a pesquisa se justifica pelo compromisso ético da Psicologia com a proteção integral e com a garantia de direitos de adolescentes em condição de vulnerabilidade, alinhando-se às diretrizes do Conselho Federal de Psicologia e à doutrina da proteção integral prevista no Estatuto da Criança e do Adolescente.

Para responder a essa problematização, o presente estudo tem como objetivo geral compreender os impactos psicológicos identitários das diferentes redes de apoio no acolhimento de adolescentes transgêneros. De forma específica, busca-se: entender as complexidades das vivências de adolescentes transgêneros; apresentar os impactos psicológicos das redes de apoio presentes na vida desses jovens; e destacar as estratégias dos psicólogos e psicólogas na redução dos impactos identitários na saúde mental de adolescentes transgênero.

As Complexidades das Vivências de Adolescentes Transgêneros.

A Organização Mundial da Saúde (2024) evidencia que a adolescência, compreendida entre os 10 e 19 anos, constitui uma fase singular do desenvolvimento humano, marcada por intensas transformações que influenciam diretamente a vida adulta. Embora grande parte dos jovens apresente boa saúde mental, é nesse

período que múltiplas mudanças físicas, emocionais e sociais podem gerar vulnerabilidades. Situações como pobreza, violência ou abuso ampliam os riscos de adoecimento psíquico, tornando essencial a promoção do bem-estar psicológico e a proteção contra experiências adversas, já que tais fatores impactam não apenas o presente, mas também a saúde integral na vida adulta.

Nesse contexto, a legislação brasileira reforça a importância da proteção integral. O Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA,1990), na Lei 8.069 em seu artigo 3 e 4 estabelece que crianças e adolescentes possuem todos os direitos fundamentais da pessoa humana, devendo receber proteção integral que lhes assegure condições dignas para o desenvolvimento físico, mental, moral, espiritual e social. A responsabilidade por garantir esses direitos recai prioritariamente sobre a família, a comunidade, a sociedade e o poder público, abrangendo aspectos como vida, saúde, alimentação, educação, esporte, lazer, profissionalização, cultura, dignidade, respeito, liberdade e convivência familiar e comunitária.

A adolescência é frequentemente descrita como uma etapa de transição entre a infância e a vida adulta. Trata-se de um período crítico, no qual o jovem enfrenta desafios existenciais e constrói sua subjetividade. Essa fase é marcada por questionamentos sobre identidade, valores e relações, funcionando como uma ponte que orienta o indivíduo na busca por autonomia e maturidade emocional. A adolescência pode ser entendida como um momento de crise existencial, em que a autoimagem se torna frágil diante das pressões sociais e expectativas externas, mas que também favorece o desenvolvimento de habilidades como senso crítico e resiliência (Manika *et al.*, 2024).

A adolescência é uma fase em que a busca por aceitação social se intensifica, tornando os jovens mais vulneráveis às cobranças externas. As exigências relacionadas ao desempenho escolar, à aparência física e ao comportamento afetam diretamente a autoestima, muitas vezes gerando sentimentos de inadequação e insegurança. Esse contexto pode fragilizar a identidade em formação e contribuir para o surgimento de dificuldades emocionais, já que os adolescentes enfrentam pressões constantes para corresponder às expectativas sociais (Almeida; Braz, 2025).

Almeida e Braz (2025) ainda destacam que a necessidade de aceitação e validação social, tão presente na adolescência, pode gerar impactos profundos na formação subjetiva dos jovens. Quando não conseguem corresponder às expectativas externas, muitos acabam experimentando sentimentos de inadequação e fragilidade emocional. Essa vulnerabilidade compromete a autoestima e, em diversos casos, abre espaço para o surgimento de transtornos emocionais que dificultam o processo de construção da identidade e da autonomia juvenil.

Compreender a adolescência como um processo dinâmico e multifacetado torna-se ainda mais relevante quando se trata de adolescentes transgênero. Segundo Braz *et al.*, (2020), pessoas transgênero são aquelas cuja identidade de gênero não corresponde ao sexo atribuído no nascimento. Essa vivência não deve ser entendida como estar em um “corpo errado”, mas sim como um processo de construção identitária que envolve dimensões sociais e psicológicas. A percepção da identidade pode ocorrer em diferentes fases da vida: infância, adolescência, idade adulta ou velhice e a insatisfação com o corpo pode gerar impulsos

de mudança que ultrapassam os aspectos físicos, alcançando significados psíquicos e sociais.

Outro aspecto importante a considerar é apontado por Alves *et al.*, (2021) ao afirmarem com pesquisas que adolescentes transgêneros podem vivenciar uma discrepância entre o sexo atribuído no nascimento e sua identidade de gênero, situação que pode gerar disforia. Também apontam maior prevalência de transtornos mentais nessa população em comparação com adolescentes cisgêneros. Além disso, Alvares *et al.*, (2022) destacam que historicamente, a população transgênero foi considerada pela comunidade médica como portadora de transtornos mentais. Contudo, com a evolução das classificações diagnósticas e a flexibilização da nomenclatura, observa-se um movimento em direção à despatologização. Apesar dos avanços e do maior debate social sobre o tema, ainda persistem estigmas e práticas discriminatórias, evidenciadas pelas elevadas taxas de violência e mortalidade que atingem esse grupo, resultando em impactos significativos sobre sua saúde mental. No caso de adolescentes transgênero, esse contexto de estigma e discriminação pode ser ainda mais delicado. A fase da adolescência já é marcada por intensas transformações físicas e emocionais, e quando somada à falta de reconhecimento da identidade de gênero, pode gerar sentimentos de exclusão e insegurança. A violência simbólica ou física bem como a rejeição social, afetam diretamente o bem-estar psicológico desses jovens, aumentando o risco de ansiedade, depressão e isolamento.

Segundo Butler (2003) “quando o status construído do gênero é teorizado como radicalmente independente do sexo, o próprio gênero se torna um artifício flutuante” trazendo a reflexão como

consequência “de que homem e masculino podem, com igual facilidade, significar tanto um corpo feminino como um masculino, e mulher e feminino, tanto um corpo masculino como um feminino”. Essa concepção abre espaço para compreender que as categorias de “homem” e “mulher” não estão necessariamente vinculadas ao corpo com que se nasce, mas às práticas e performances que constituem a identidade. Nesse sentido, a teoria de Butler fornece uma base para legitimar as identidades transgênero, mostrando que uma mulher trans é mulher não por adequação ao sexo atribuído ao nascer, mas pela vivência e expressão do feminino em sua experiência social e subjetiva. A partir dessa compreensão teórica, torna-se possível compreender como, na adolescência, tais vivências se manifestam em desafios concretos, como a relação com o corpo e o desejo de modificações corporais.

Segundo Wroblevski *et al.*, (2022) a imagem corporal refere-se à maneira como cada pessoa representa mentalmente o próprio corpo, englobando a percepção do tamanho, da forma e dos contornos corporais e os sentimentos ligados a essas características e às suas partes; portanto, trata-se não só de uma construção cognitiva, mas também de um reflexo dos desejos, das emoções e das interações sociais.

Castilho e Pinto (2022) apontam que a formação da imagem corporal ocorre desde a infância, sendo resultado de processos cognitivos e das experiências vividas em contextos sociais e pessoais. A família e a escola constituem os primeiros espaços de socialização, nos quais o indivíduo constrói percepções sobre si e sobre o corpo. Entretanto, a representação social atribuída ao corpo pode divergir da percepção individual, especialmente em pessoas transgênero, cuja autoimagem frequentemente não corresponde àquela

projetada pela sociedade. Para adolescentes transgênero, essa diferença entre como se percebem e como são vistos pela sociedade pode gerar desafios importantes. A escola e a família, que são os primeiros ambientes de convivência, têm papel fundamental na construção de uma imagem corporal positiva. Quando esses espaços não reconhecem ou não validam a identidade de gênero, o jovem pode sentir que sua própria percepção de si não é aceita.

Além das dimensões psicológicas e cognitivas da imagem corporal, é preciso considerar que as vivências transgênero também assumem um papel político e social. O debate sobre a vivência trans ultrapassa a busca por visibilidade, envolvendo também o desejo de pertencimento pleno em espaços sociais que não se restrinjam à marginalidade. Os corpos trans, além de se transformarem, assumem papel de contestação das normas estabelecidas, reivindicam reconhecimento e constroem novas formas de existência. Nesse contexto, o reconhecimento identitário e a autonomia sobre o próprio corpo tornam-se elementos centrais para a formação de subjetividades livres e para o enfrentamento das experiências cotidianas. Esse movimento evidencia que a modificação corporal ultrapassa o campo estético, funcionando como recurso de afirmação identitária e de resistência frente à exclusão social. (Boff *et al.*, 2025).

Boff *et al.*, (2025) ainda destacam que mesmo com os avanços que ampliaram as perspectivas e compreensões sobre corpo e identidade de gênero, ainda há, no século XXI, uma resistência social em reconhecer as identidades transgênero, já que tudo o que foge ao padrão heteronormativo costuma ser visto como inaceitável pela sociedade. Destaca que para pessoas transgênero, a modificação corporal não se limita a uma transformação estética, mas pode

contribuir para a redução do sofrimento causado pela disforia de gênero e minimizar os impactos da rejeição social, favorecendo o reconhecimento e o tratamento conforme sua identidade. Nesse processo, o corpo deixa de ser percebido como espaço de dor e estranhamento e passa a ser compreendido como território de reconhecimento, dignidade e liberdade.

Contudo, mesmo diante desses avanços, o atendimento a adolescentes transgêneros permanece atravessado por desafios que não se limitam às dimensões sociais ou clínicas, mas também envolvem dilemas éticos complexos. Castro *et al.*, (2025) afirmam que o atendimento a adolescentes trans é algo relativamente recente no Brasil e no mundo, tornando-se necessária uma reflexão crítica sobre as situações presentes nesse contexto. Entre elas, destacam-se os conflitos bioéticos, muitas vezes verdadeiros dilemas, que emergem quando diferentes valores, princípios ou deveres éticos entram em choque, dificultando a escolha de uma ação que contemple todos os critérios morais envolvidos. Nessas circunstâncias, as decisões exigem a priorização de determinados valores em detrimento de outros, o que gera tensão e incerteza quanto à conduta mais adequada.

Nesse sentido, a pesquisa realizada por Castro *et al.*, (2025) evidenciam que os conflitos bioéticos no atendimento a adolescentes trans não se restringem ao campo teórico, mas se manifestam em situações práticas que envolvem divergências familiares, dificuldades de acesso à hormonização, direito ao sigilo e interferências religiosas. Esses dilemas revelam uma complexidade adicional: o adolescente trans, já em processo de construção identitária, precisa lidar simultaneamente com a busca por autonomia e com a dependência legal e institucional de seus

responsáveis. Tal cenário acentua sentimentos de vulnerabilidade e pode comprometer o bem-estar psicológico, mostrando que o atendimento a essa população exige não apenas preparo técnico dos profissionais, mas também uma postura ética crítica e sensível às especificidades da adolescência trans.

A Resolução nº 2.427 do Conselho Federal de Medicina (2025) revisa os critérios éticos e técnicos para o atendimento de pessoas com incongruência ou disforia de gênero, estabelecendo que o cuidado deve ser integral, pautado em acolhimento, escuta qualificada e acompanhamento multiprofissional. O documento prevê a elaboração de projetos terapêuticos singulares que envolvam família, escola e instituições de acolhimento, reconhecendo a importância de ouvir crianças e adolescentes sobre sua identidade. Contudo, ao mesmo tempo em que avança na normatização do atendimento, a resolução impõe restrições significativas: proíbe o uso de bloqueadores hormonais para a puberdade em crianças e adolescentes trans, veda a terapia hormonal cruzada antes dos 18 anos e eleva para 21 anos a idade mínima para realização de cirurgias de afirmação de gênero que impliquem efeito esterilizador.

Júnior (2025) no portal da Unicamp afirma que, essa resolução evidencia uma dupla dimensão, por um lado, representa um avanço ao normatizar o atendimento, reconhecendo a necessidade de escuta, acompanhamento psiquiátrico e articulação com redes de apoio; por outro, impõe restrições significativas que limitam o acesso de adolescentes trans a intervenções médicas afirmativas. Essa contradição revela uma complexidade vivida por esses jovens, que, enquanto são reconhecidos como sujeitos de direitos e de identidade, permanecem dependentes da autorização de responsáveis e das normas institucionais que retardam ou

inviabilizam o cuidado afirmativo. Assim, o atendimento se torna um espaço de tensão bioética, em que a proteção integral pode paradoxalmente reforçar a vulnerabilidade, intensificando o sofrimento psíquico e a sensação de exclusão social.

Nesse contexto, o atendimento a adolescentes trans demanda sensibilidade, competência técnica e embasamento bioético por parte dos profissionais de saúde. Os conflitos bioéticos tornam-se inevitáveis, especialmente diante das complexidades envolvidas na tomada de decisão compartilhada, na garantia da autonomia do jovem, no papel da família e na mitigação de situações de vulnerabilidade. A análise desses conflitos à luz da Bioética de Proteção permite reconhecer a importância de salvaguardar os direitos e o bem-estar dos adolescentes trans, sem negligenciar as especificidades de cada caso e o impacto das decisões no desenvolvimento desses indivíduos (Castro *et al.*, 2025).

Os Tipos de Redes de Apoio Presentes na Vida de Adolescentes Transgêneros.

Na adolescência, as redes de apoio cumprem um papel essencial para o desenvolvimento saudável e para a construção da identidade. Essas redes funcionam como espaços de acolhimento, onde adolescentes encontram proteção, orientação e pertencimento como lugar de existência, reduzindo os impactos da exclusão e da discriminação. Sabe-se atualmente que a adolescência é marcada por significativas mudanças físicas, afetivas e sociais em um curto espaço de tempo, o que caracteriza essa fase da vida como um período em que as demandas por apoio e orientação se tornam mais específicas e frequentemente mediadas por conflitos de interesses (Da Cruz *et al.*, 2022). Nesse contexto, Lins *et al.*, (2024)

apontam que, o suporte familiar pode atuar como um fator de proteção diante de diversos estressores presentes na vida dessas pessoas, estando relacionado à competência social, à capacidade de enfrentamento de problemas, ao senso de estabilidade, ao autoconceito, ao afeto positivo e ao bem-estar psicológico.

Brown *et al.*, (2020) apontam que jovens transgênero e de gênero diverso apresentam maiores vulnerabilidades em saúde e bem-estar quando comparados aos seus pares cisgênero; contudo, destacam que relações familiares positivas e sólidas podem atuar como um importante fator de proteção, contribuindo para a redução dessas disparidades ao oferecer suporte emocional e atenuar os efeitos do estresse relacionado ao estigma.

Complementando essa perspectiva, em uma pesquisa feita por Selles *et al.*, (2022) identificam que os conflitos nas redes familiares marcaram as trajetórias da maioria das pessoas entrevistadas, revelando tanto episódios de violência quanto experiências de apoio durante o processo de transição. O estudo identificou que 13 participantes relataram situações de violência no âmbito familiar, enquanto 7 afirmaram ter encontrado apoio da família durante o processo de transição.

Dessa forma, observa-se que as redes familiares podem assumir papéis ambíguos na vida de jovens transgênero e de gênero diverso: ao mesmo tempo em que podem ser marcadas por conflitos e episódios de violência, também se configuram como espaços de apoio e proteção. A literatura aponta que vínculos familiares positivos não apenas favorecem o bem-estar psicológico, mas também funcionam como barreiras contra os efeitos do estigma, evidenciando a importância de fortalecer relações familiares como

estratégia fundamental para a promoção da saúde e da qualidade de vida dessa população (Brown *et al.*, 2020).

Nesse sentido, embora vínculos familiares positivos possam atuar como proteção contra o estresse decorrente do estigma associado à identidade, é importante destacar que o regime das incapacidades, tal como atualmente previsto, intensifica a centralidade da família nas decisões sobre a vida dos adolescentes. Isso significa que a liberdade de expressão de gênero e de identidade sexual desses jovens permanece submetida às escolhas e valores dos pais, o que pode gerar consequências ainda mais graves quando tais relações são marcadas por conflitos ou episódios de violência. Assim, a legislação vigente acaba por potencializar tanto os efeitos protetivos de famílias acolhedoras quanto os impactos negativos de contextos familiares excludentes, evidenciando a necessidade de repensar estratégias de fortalecimento das redes de apoio (Copi, 2023).

Para além do âmbito familiar, essas dinâmicas de apoio ou vulnerabilização também se estendem a outros espaços de socialização fundamentais, como a escola, que exerce papel central na vivência cotidiana desses jovens. O retorno à sala de aula, para muitos estudantes travestis e transexuais, configura-se como um processo doloroso e angustiante, permeado por expectativas e lembranças negativas relacionadas ao ambiente escolar. Esse espaço, frequentemente marcado por práticas opressivas dirigidas a existências consideradas “inconformes” em termos de gênero e sexualidade, acaba por reforçar experiências de violência que essas pessoas precisam enfrentar para poder reexistir socialmente (Silva *et al.*, 2023)

De acordo com Medeiros e Cadoná (2024), a instituição escolar é um dos primeiros espaços frequentados desde a infância, sendo responsável por ensinar regras sociais, formas de relacionamento e modos de manifestação das singularidades e semelhanças entre pares. As autoras destacam que as instituições de ensino produzem e reproduzem padrões de comportamento, definindo o que é considerado 'certo' ou 'errado', 'normal' ou 'anormal', e o que é 'semelhante' ou 'dissonante'. Ancoradas na cisheteronormatividade, as escolas podem abrir espaço para situações de violência e discriminação voltadas às identidades dissidentes, como as pessoas LGBTQIAPN+ (Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transgêneros e Travestis, Queer, Intersexo, Assexuais, Pansexuais, Não-binários e mais).

Medeiros e Cadoná (2024) evidenciam que muitos estudantes não exerciam sua autonomia, permaneciam introspectivos e se isolavam por medo das represálias e da violência vivenciada por colegas que fugiam das normas impostas. As autoras destacam que, diante desse cenário, diversos jovens deixavam de manifestar suas identidades, o que acarretava prejuízos em sua escolarização. Além disso, apontam que a violência, expressa em práticas de transfobia e homofobia, não se restringia às relações entre pares, mas também se originava de docentes. Nesse sentido, concluem que as escolas acabam contribuindo para a limitação do pleno desenvolvimento dos estudantes e para o sentimento de não pertencimento ao ambiente escolar.

Pesquisas apontam que a rejeição vivenciada por travestis e transexuais no ambiente escolar frequentemente resulta no abandono da escola, configurando-se como uma forma de violência institucional. Essa exclusão decorre das práticas discriminatórias que atuam como fator de afastamento do sistema educacional. As

narrativas também evidenciam a rejeição da comunidade escolar em relação aos seus corpos, marcada pelo não-reconhecimento de suas identidades, o que se caracteriza como transfobia. Essa transfobia, internalizada pelas próprias vítimas, reproduz-se de maneira estrutural e reforça sentimentos de intolerância, ódio e difamação, colocando essas pessoas em posição de marginalidade. No caso dos adolescentes transgênero, essa dinâmica revela um impacto ainda mais profundo, pois a fase da adolescência já é marcada por intensas transformações e pela busca de afirmação identitária. Quando a escola, que deveria ser espaço de acolhimento e desenvolvimento, se torna ambiente de rejeição e violência, o processo de construção da identidade de gênero desses jovens é atravessado por barreiras institucionais que fragilizam sua saúde emocional, seu pertencimento social e seu direito à educação (Silva *et al.*, 2023).

Dentro do campo da saúde, Abreu *et al.*, (2022) aponta que a transfobia estrutural ainda constitui um obstáculo significativo para que pessoas trans tenham acesso aos cuidados de saúde que necessitam, pois enfrentam barreiras como a negação de sua identidade e de seu nome, além da dificuldade de utilização dos serviços da Rede de Atenção à Saúde (RAS). Esse cenário é agravado pelo despreparo de muitos profissionais em oferecer acolhimento adequado. Em um estudo feito pelo autor, evidenciam que as barreiras de acesso aos serviços de saúde configuram vazios assistenciais, marcados pela ausência de mecanismos de referência e contrarreferência na rede de atenção, bem como pela dificuldade de acolhimento nos municípios de residência. Diante disso, muitas pessoas trans recorrem a alternativas de alto custo em serviços particulares ou a iniciativas voluntárias do terceiro setor, além de espaços não oficiais que podem representar riscos à saúde dos

adolescentes. Os participantes ressaltaram a urgência de uma política de saúde em rede que assegure o acesso ao cuidado e minimize barreiras econômicas. Apesar da existência de políticas específicas e transversais no cenário nacional, as falas revelam tanto o desconhecimento sobre tais políticas quanto a fragilidade de sua visibilidade e efetividade no contexto das práticas sociais e de saúde.

A pesquisa destacou como prerrogativa fundamental a necessidade de uma atuação conjunta e coordenada da equipe de produção e gestão do cuidado em saúde voltada ao adolescente trans e aos seus pais ou responsáveis. Essa atuação deve contemplar tanto ações individuais quanto coletivas, incluindo estratégias de promoção da saúde articuladas com o ambiente escolar, de modo a garantir visibilidade e acolhimento. Além disso, enfatizou-se a importância de uma ambiência que considere as demandas trans desde a infância, com o objetivo de mitigar possíveis sofrimentos psíquicos e reduzir riscos à saúde. (Abreu *et al.*, 2022).

No Brasil, o Processo Transexualizador oferecido pelo Sistema Único de Saúde (SUS) disponibiliza serviços voltados à população trans. Entretanto, os critérios de idade e as exigências burocráticas dificultam o acesso de adolescentes. Além disso, muitas unidades de saúde não dispõem de profissionais capacitados nem de estrutura adequada para atender jovens em processo de transição, sobretudo em regiões periféricas. Essa limitação compromete o acompanhamento médico e psicológico necessário, levando adolescentes trans a recorrerem a alternativas informais e arriscadas para afirmarem sua identidade de gênero. A ausência de apoio institucional, somada aos altos custos de clínicas privadas, exclui grande parte da população trans da classe trabalhadora. Como consequência, muitos adolescentes acabam expostos a práticas de

autogestão hormonal sem supervisão médica, o que aumenta os riscos à saúde física e mental. A saúde pública deveria constituir uma das principais redes de apoio para adolescentes transgêneros, garantindo acompanhamento médico, psicológico e social adequado. No entanto, a falta de políticas públicas específicas e a escassez de profissionais preparados fazem com que essa rede se torne frágil e, muitas vezes, inacessível (Nova; Aranha, 2025).

Nova e Aranha (2025) ainda destacam a proteção social destinada a adolescentes transgêneros no Brasil apresenta lacunas significativas. Muitos enfrentam rejeição familiar, chegando a ser expulsos de casa, o que os coloca em situação de extrema vulnerabilidade e, em alguns casos, de rua. O Sistema Único de Assistência Social (SUAS) e os Conselhos Tutelares ainda não possuem diretrizes específicas voltadas para adolescentes trans em risco. Embora o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) assegure proteção integral, na prática, as questões de gênero raramente são contempladas de forma adequada. Programas de acolhimento específicos e iniciativas de reintegração familiar com mediação voltada para identidade de gênero são praticamente inexistentes, perpetuando desigualdades e expondo esses jovens a riscos de violência, exploração e marginalização. A rede de proteção social deveria funcionar como um dos principais mecanismos de apoio para adolescentes transgêneros, garantindo acolhimento, segurança e inclusão. No entanto, a ausência de políticas públicas específicas e de programas voltados para questões de gênero faz com que essa rede se torne frágil e insuficiente. Em vez de oferecer suporte efetivo, o sistema socioassistencial acaba reproduzindo invisibilidade e exclusão, deixando adolescentes trans sem alternativas institucionais adequadas.

Diante dessas fragilidades institucionais e da insuficiência das políticas públicas, torna-se evidente a importância da atuação de outros atores sociais no enfrentamento dessas lacunas, especialmente no que se refere à garantia de direitos e ao acolhimento desses jovens. As Organizações Não Governamentais (ONGs) desempenham um papel relevante na promoção e defesa dos direitos de crianças e adolescentes, sobretudo daqueles em situação de vulnerabilidade, atuando como agentes que buscam assegurar condições adequadas para o desenvolvimento saudável e o pleno exercício de seus direitos fundamentais (Andrade; Correia, 2025).

Os dados de saúde apontam a importância dos ambulatórios multidisciplinares voltados à população trans, destacando a necessidade de sua ampliação e fortalecimento no âmbito do SUS, a fim de garantir acesso equitativo a atendimentos especializados, acompanhamento hormonal seguro e suporte psicológico contínuo, tanto para crianças quanto para suas famílias. Nesse contexto, iniciativas comunitárias, como organizações que atuam na articulação entre famílias, instituições e o poder público como a ONG Minha Criança Trans, também se mostram fundamentais para a consolidação dessas políticas. Além disso, evidencia-se que ações comunitárias e redes de cuidado possuem potencial significativo para transformar trajetórias de vida; contudo, ressalta-se que é responsabilidade do Estado institucionalizar e expandir essas iniciativas, assegurando que o cuidado não dependa exclusivamente do engajamento social ou de ações voluntárias (Minha Criança Trans, 2025).

Em articulação com esse debate, iniciativas como a Casa Miga, localizada no Amazonas, exemplificam como essas ações se

materializam na prática, ao constituírem espaços seguros destinados à população LGBTQIAPN+, especialmente para jovens que enfrentam rejeição familiar e situações de violência. Criada em 2018 a partir da mobilização de um coletivo LGBTQIAPN+, a organização surge como resposta às demandas urgentes dessa população, oferecendo acolhimento e promovendo a reconstrução de trajetórias marcadas pela exclusão. Dessa forma, experiências como essa evidenciam que, mesmo diante da insuficiência do poder público, a atuação da sociedade civil organizada pode produzir respostas efetivas e transformadoras no enfrentamento das desigualdades sociais (Casa Miga, 2018).

Destacar as estratégias dos psicólogos e psicólogas na redução dos impactos identitários na saúde mental de adolescentes transgênero.

A Resolução nº 1 do Conselho Federal de Psicologia (2018) orienta que profissionais da área atuem de forma ética e livre de discriminação, reconhecendo a necessidade de ambientes que favoreçam o cuidado integral e o fortalecimento das redes de apoio. As diretrizes destacam que práticas de acolhimento são indispensáveis para reduzir os impactos da exclusão e garantir que adolescentes trans possam desenvolver sua identidade com respeito e proteção. O Conselho Federal de Psicologia (2025) ainda destaca que profissionais da Psicologia respeitem a autodeterminação das pessoas em relação à sua identidade de gênero. Esse princípio envolve reconhecer que indivíduos trans, travestis e não binários são protagonistas de suas próprias trajetórias, capazes de elaborar narrativas sobre suas identidades e processos de transição. Tal reconhecimento contribui para a contestação de práticas patologizantes, especialmente aquelas oriundas do campo da

saúde, e deve vir acompanhado do respeito ao tempo, às condições sociais e às dimensões subjetivas de cada pessoa na expressão de sua identidade.

Nesse contexto, torna-se pertinente compreender como essas práticas se desdobram no âmbito da clínica psicológica, especialmente a partir da escuta das singularidades subjetivas dos adolescentes transgênero. A atuação do psicólogo junto a adolescentes transgênero deve estar fundamentada em uma escuta ética que não se orienta pela regra ou pela imposição de identidades, mas pela sustentação da singularidade do sujeito em seu processo de construção identitária. Nesse sentido, o acompanhamento psicológico configura-se como um espaço de acolhimento e sustentação emocional, no qual o profissional oferece um ambiente seguro para que o adolescente possa elaborar suas vivências, especialmente diante de contextos marcados por violência simbólica, pressões familiares e normativas sociais. Além disso, destaca-se a importância de respeitar o tempo subjetivo desse processo, evitando intervenções precipitadas ou respostas imediatistas que possam intensificar o sofrimento psíquico. A clínica, portanto, deve favorecer a expressão do self verdadeiro, contribuindo para a redução de impactos negativos na saúde mental, como ansiedade, angústia e risco de desfechos mais graves, ao possibilitar que o sujeito encontre formas mais seguras e autênticas de existir (Pereira, 2025).

A literatura aponta que, no acompanhamento de adolescentes, é fundamental que a exploração da identidade e da expressão de gênero ocorra de maneira livre, sem direcionamento ou favorecimento de uma identidade específica, permitindo que, ao longo do processo, sejam identificadas as necessidades individuais e

possibilitada a implementação de intervenções afirmativas. Além disso, destaca-se que o trabalho psicológico também pode contribuir em diferentes fases do desenvolvimento, auxiliando na elaboração de questões relacionadas à afirmação da identidade, à vivência da intimidade e à reorganização das relações interpessoais (Coleman *et al.*, 2022 *apud* Ordem dos Psicólogos Portugueses, 2023).

Nesse contexto, os profissionais de psicologia inseridos na área da saúde, devem estar preparados para oferecer suporte a indivíduos que frequentemente vivenciam sofrimento psíquico, seja em razão de seus próprios questionamentos sobre incompatibilidade entre sexo e gênero, seja pela falta de compreensão de familiares, amigos e da sociedade em geral. Além disso, enfrentam preconceitos e atitudes agressivas em seu cotidiano. Assim, apenas a partir da compreensão do fenômeno e de suas particularidades é possível que o profissional atue de forma humanizada (Araújo; Theophilo, 2019).

Destaca-se que o trabalho em saúde mental deve ir além do enfoque clínico individual, investindo em intervenções psicossociais que promovam o fortalecimento das redes de apoio. Estratégias como grupos de apoio, uso do nome social e escuta sensível configuram práticas afirmativas que validam as identidades e favorecem o bem-estar psicológico, ampliando a adesão ao cuidado e a construção de ambientes inclusivos (Castro *et al.*, 2025).

Para além das práticas de acolhimento e suporte já discutidas, torna-se fundamental que a atuação psicológica com adolescentes transgênero esteja comprometida com a despatologização das identidades de gênero, evitando abordagens baseadas em

normatizações e diagnósticos que reforcem estigmas. Assim, o cuidado deve ser orientado para a promoção da saúde integral, sem reproduzir violências institucionais que historicamente atravessam as vivências trans. Além disso, compreende-se que o processo transexualizador, quando presente na trajetória desses adolescentes, constitui-se como parte de um movimento de afirmação identitária, frequentemente marcado por desafios e barreiras decorrentes da transfobia social e institucional. Nesse cenário, a Psicologia ocupa uma posição complexa, especialmente ao participar de processos avaliativos e emissão de laudos, o que exige uma prática ética, sensível e alinhada à diversidade (Cazeiro *et al.*, 2022).

Bugatti *et al.*, (2023) evidenciam que crianças e jovens transgênero que recebem apoio familiar adequado, aliado ao acompanhamento psicoterapêutico individual e familiar, apresentam menores chances de desenvolver transtornos como ansiedade e depressão. Por outro lado, fatores externos, como a violência social, podem agravar quadros de instabilidade emocional já existentes, especialmente durante a juventude, período marcado por intensas mudanças corporais e hormonais.

Souza *et al.*, (2022) relata que pessoas LGBTQIAPN+ frequentemente estão inseridas em contextos invalidantes, marcados por atitudes de violência e rejeição que podem partir do próprio núcleo familiar, estendendo-se também a outros espaços sociais, como a escola, os serviços de saúde, a comunidade e as instituições religiosas, que em muitos casos reproduzem discursos de exclusão e rejeição da identidade dessas pessoas. Esse cenário configura, em muitos casos, uma forma de abuso, representando um nível extremo de invalidação que compromete o desenvolvimento de repertórios psicológicos importantes, podendo resultar em dificuldades na

discriminação de experiências internas, menor tolerância ao sofrimento, maior intensidade nas respostas emocionais, comportamentos impulsivos e prejuízos no autocuidado. Diante desse panorama de vulnerabilidade e falhas institucionais, a atuação da Psicologia na Atenção Primária mostra-se relevante quando compreendida como uma tecnologia de intervenção capaz de concretizar a saúde integral, entendida como um processo singular e subjetivo, marcado pela negociação contínua de sentidos no campo social, pela construção e desconstrução de normas e pelo enfrentamento da realidade, visando à requalificação da vida (Dimenstein; Macedo, 2012 *apud* Vieira *et al.*, 2019).

Nesse sentido, para que essa atuação seja efetiva, é fundamental que ela ocorra de forma articulada com outros setores e profissionais, e não apenas de maneira isolada. Segundo Vieira *et al.*, (2019), a articulação em rede não deve ser responsabilidade exclusiva da Psicologia, já que o próprio SUS prevê níveis hierarquizados de atenção e a participação de diversos profissionais. No entanto, destaca-se que psicólogas estão presentes em diferentes espaços de atuação, como Núcleo de Apoio à Saúde da Família (NASF), ambulatorios, Rede de Atenção Psicossocial (RAPS), Centro de Referência em Assistência Social (CRAS) e outras políticas públicas. Essa presença se justifica pela defesa de uma visão integral de saúde, que inclui direitos básicos e reconhece o usuário como sujeito ativo, mas não único responsável por seu processo de reabilitação. Assim, o trabalho das psicólogas na Atenção Primária pode ser mais eficaz quando conectado à rede de garantia de direitos, fornecendo instrumentos que favoreçam a autonomia dos indivíduos.

No contexto do atendimento psicológico a adolescentes transgênero, período marcado por intensas transformações e pela

construção da identidade, a atuação psicológica torna-se ainda mais relevante, especialmente diante de vivências como a disforia de gênero enfrentada por muitos adolescentes transgênero. Nesse processo, o psicólogo exerce um papel fundamental ao auxiliar na compreensão e elaboração de emoções complexas, além de contribuir para a promoção de um ambiente acolhedor e inclusivo. Ademais, é essencial reconhecer que adolescentes LGBTQIAPN+ enfrentam desafios relacionados ao preconceito e à discriminação, o que reforça a necessidade de práticas profissionais voltadas à promoção da aceitação, do respeito e da equidade (Lima; Rosa, 2023).

De acordo com o estudo feito por Chinazzo *et al.*, (2021), o modelo de estresse de minoria aplicado à população trans evidencia uma maior vulnerabilidade em saúde mental, com prevalência elevada de sintomas depressivos, ideação e tentativa de suicídio quando comparada à população geral, além da frequente exposição a situações de violência e discriminação. Esses fatores, associados a dimensões do estresse de minoria e à menor passabilidade, impactam negativamente o bem-estar psicológico. Por outro lado, o apoio social e a validação da identidade de gênero aparecem como importantes fatores de proteção, reforçando a necessidade de intervenções individuais e sociais voltadas à redução do estigma e à promoção de práticas afirmativas

Diante disto, o psicólogo assume um papel fundamental ao oferecer um espaço seguro e livre de julgamentos, no qual o adolescente possa explorar sua identidade de gênero sem o temor da discriminação ou da rejeição. Cabe a esse profissional auxiliar o jovem na compreensão de seus próprios sentimentos e experiências, favorecendo a reflexão sobre suas emoções e pensamentos, além de

fornecer informações precisas e baseadas em evidências acerca de temas como identidade de gênero, transexualidade e não conformidade de gênero. O suporte emocional também se faz necessário diante dos desafios que podem emergir ao longo desse processo, como o estresse, a ansiedade e a depressão. Para tanto, é essencial que o profissional atue de maneira sensível, respeitosa e culturalmente competente, reconhecendo a singularidade da jornada de cada adolescente (Lima; Rosa, 2023).

Por fim, o CFP ressalta que a prática psicológica voltada a pessoas trans, travestis e não binárias deve ser fundamentada no respeito à autodeterminação, à autonomia e à dignidade, assegurando o acesso a serviços livres de discriminação e de influências cisheteronormativas. Nesse sentido, o uso do nome social, dos pronomes e das desinências escolhidas por cada pessoa deve ser garantido, uma vez que sua utilização inadequada pode reproduzir violências e comprometer a saúde integral. As vivências dessas populações devem ser compreendidas em sua pluralidade, sem que isso implique demandas por mudanças físicas, estéticas ou sociais. O acompanhamento psicológico deve ser amplo, inclusivo e realizado de forma singular e flexível, considerando as interseccionalidades presentes nas vidas dessas pessoas, como raça, etnia, classe, território e geração, e não deve ser reduzido à produção de documentos que validem identidades ou à tomada de decisões sobre modificações corporais. Ademais, destaca-se que a transfobia e o exorsexismo são práticas discriminatórias que devem ser ativamente combatidas, sendo a transfobia reconhecida como crime pelo Supremo Tribunal Federal desde 2019. A prática psicológica deve, portanto, amparar o indivíduo na elaboração de sofrimentos decorrentes da cis-heteronormatividade, promovendo o cuidado

integral e o bem-estar, sem patologizar experiências ou reforçar estigmas (Conselho Federal de Psicologia, 2025).

METODOLOGIA

A presente pesquisa caracteriza-se, quanto à abordagem, como qualitativa, e, quanto aos objetivos, como exploratório-descritiva, uma vez que busca aprofundar a compreensão sobre os impactos psicológicos identitários das redes de apoio no acolhimento de adolescentes transgêneros, tema ainda pouco consolidado na produção científica nacional (Gil, 2002). Quanto aos procedimentos técnicos, trata-se de uma pesquisa bibliográfica, desenvolvida por meio do método de revisão narrativa da literatura. Segundo Rother (2007), as revisões narrativas são publicações amplas, apropriadas para descrever e discutir o desenvolvimento e o estado da arte de um determinado assunto sob o ponto de vista teórico ou contextual, sem a exigência de um protocolo de busca sistematizado e replicável, tal como ocorre nas revisões sistemáticas. Cordeiro *et al.*, (2007) complementam que esse tipo de revisão, embora sujeito a certo grau de seleção por parte do pesquisador, cumpre papel fundamental para reunir, organizar e discutir criticamente a produção científica disponível sobre temas amplos e multidimensionais, como é o caso das vivências de adolescentes transgêneros e das redes de apoio que os envolvem.

O universo desta pesquisa é constituído pela produção científica nacional e internacional voltada à temática da adolescência transgênero, das redes de apoio (familiar, escolar, de saúde e comunitária) e da atuação da Psicologia junto a esse público, disponível em bases de dados eletrônicas de reconhecida relevância acadêmica, quais sejam: Scientific Electronic Library Online (SciELO),

Biblioteca Virtual em Saúde (BVS), Literatura Latino-Americana e do Caribe em Ciências da Saúde (LILACS), PubMed/MEDLINE e Google Acadêmico. Foram consultados ainda documentos normativos e institucionais pertinentes ao tema, como resoluções do Conselho Federal de Psicologia, resolução do Conselho Federal de Medicina, o Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei nº 8.069/1990) e publicações de organismos oficiais, como a Organização Mundial da Saúde.

A amostra foi selecionada por meio de buscas realizadas com os seguintes descritores, isolados e combinados por meio dos operadores booleanos AND e OR: “adolescentes transgênero”, “identidade de gênero”, “disforia de gênero”, “redes de apoio”, “saúde mental”, “transfobia”, “Psicologia e população trans” e seus correspondentes em língua inglesa (“transgender adolescents”, “gender identity”, “support networks”, “mental health”). Foram adotados como critérios de inclusão: artigos científicos, revisões de literatura, capítulos de livro, documentos normativos e produções institucionais publicados majoritariamente entre os anos de 2019 e 2026, redigidos em português e inglês, disponíveis na íntegra e que abordassem diretamente a adolescência transgênero, as redes de apoio e/ou a atuação da Psicologia nesse contexto. Foram excluídos os materiais duplicados entre as bases de dados, os que se encontravam disponíveis apenas em formato de resumo, os que não guardavam relação direta com o problema de pesquisa e aqueles cujo acesso ao texto completo não foi possível.

A coleta de dados ocorreu em etapas sucessivas: inicialmente, procedeu-se à leitura de títulos e resumos dos materiais localizados, a fim de verificar sua adequação aos critérios de inclusão previamente estabelecidos; em seguida, os materiais pré-

selecionados foram lidos na íntegra; por fim, as informações consideradas relevantes foram extraídas e organizadas em um quadro de sistematização contendo autoria, ano de publicação, periódico, objetivo do estudo e principais resultados, ferramenta que possibilitou a organização e a posterior análise comparativa entre os achados (Prodanov; Freitas, 2013).

Para a análise e a tabulação dos dados, optou-se pela síntese narrativa e crítica do material selecionado, organizada em três eixos temáticos, construídos em consonância com os objetivos específicos da pesquisa: (i) as complexidades das vivências de adolescentes transgêneros; (ii) os tipos de redes de apoio presentes na vida desses adolescentes e seus impactos psicológicos; e (iii) as estratégias dos psicólogos e psicólogas na redução dos impactos identitários na saúde mental dessa população. Dessa forma, os dados não foram submetidos a tratamento estatístico, mas sim a uma análise qualitativa e interpretativa, na qual os achados dos diferentes autores foram articulados, comparados e discutidos à luz do referencial teórico apresentado, buscando-se identificar convergências, divergências e lacunas na literatura sobre o tema (Rother, 2007).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente pesquisa atinge o objetivo geral proposto, uma vez que compreende que os impactos psicológicos identitários das redes de apoio no acolhimento de adolescentes transgêneros dependem diretamente do caráter protetivo ou excludente que cada uma dessas redes assume, não havendo um efeito único ou uniforme, mas sim uma multiplicidade de vivências marcadas pela ambiguidade dos espaços de convívio desses jovens.

Quanto ao primeiro objetivo específico, a pesquisa evidencia que as complexidades das vivências de adolescentes transgêneros decorrem da sobreposição entre os desafios próprios da adolescência e as demandas específicas da construção identitária de gênero, o que intensifica a vulnerabilidade psíquica desse público e exige um olhar diferenciado por parte da família, da escola, dos serviços de saúde e dos profissionais que os acompanham.

Em relação ao segundo objetivo, o estudo demonstra que as redes de apoio familiar, escolar, de saúde e comunitária ocupam posição ambígua na vida de adolescentes transgêneros: quando acolhedoras, funcionam como fator de proteção e fortalecimento do bem-estar psicológico; quando marcadas por rejeição, violência ou despreparo institucional, agravam o sofrimento psíquico e ampliam o risco de ansiedade, depressão e isolamento social. Destaca-se, como contribuição original desta pesquisa, a constatação de que a fragilidade das políticas públicas brasileiras de saúde e de assistência social transfere às redes informais, famílias acolhedoras, coletivos e organizações da sociedade civil, uma responsabilidade que deveria ser primordialmente do Estado.

No que se refere ao terceiro objetivo específico, conclui-se que a atuação de psicólogos e psicólogas junto a adolescentes transgêneros mostra-se mais eficaz quando fundamentada na escuta qualificada, na despatologização das identidades e na articulação com a rede de garantia de direitos, e não quando restrita ao atendimento clínico individual. A pesquisa aponta que essa articulação em rede constitui uma estratégia central para reduzir os impactos identitários na saúde mental desse público.

Como principal limitação deste estudo, destaca-se a escassez de pesquisas nacionais que abordem especificamente os impactos psicológicos das redes de apoio na adolescência trans, uma vez que grande parte da produção científica localizada concentra-se em populações adultas ou em contextos internacionais, o que restringe a possibilidade de uma análise mais aprofundada da realidade brasileira. Sugere-se, para estudos futuros, a realização de pesquisas de campo que ouçam diretamente adolescentes transgêneros brasileiros, bem como investigações que avaliem a efetividade de programas de acolhimento já existentes no país.

Por fim, como contribuição complementar de caráter cultural e sensibilizador, recomenda-se a leitura do mangá “Boys Run the Riot”, de Keito Gaku, obra que aborda a vivência de um adolescente transgênero e apresenta a moda como uma forma alternativa de rede de apoio, na medida em que a escolha das próprias roupas se converte em instrumento de afirmação identitária e de fortalecimento subjetivo. A obra dialoga diretamente com os achados desta pesquisa e pode servir como material de sensibilização para profissionais, familiares e educadores que atuam no acolhimento de adolescentes transgêneros.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABREU, P. D. de *et al.*, **Integral health care for transgender adolescents:** subsidies for nursing practice. *Revista Latino-Americana de Enfermagem*, v. 30, n. spe, p. e3810, 2022.

ALMEIDA, E. P. de; BRAZ, M. A. P. **Juventude sob pressão:** cobranças sociais e familiares na saúde psicoemocional. *Saúde Coletiva* (Barueri), [S. l.], v. 15, n. 94, p. 15059–15076, 2025. DOI:

10.36489/saudecoletiva.2025v15i94p15059-15076. Disponível em: <https://revistasaudecoletiva.com.br/index.php/saudecoletiva/article/view/3332>.

ALVARES, Joana; PENNA, Marcela Nunes; GARCIA, Lana Dal Magro; FALCKE, Denise. **Saúde mental de pessoas transgênero: revisão integrativa de literatura**. Psi Unisc, [S. l.], v. 6, n. 2, p. 139–157, 2022. DOI: 10.17058/psiunisc.v6i2.17227. Disponível em: <https://seer.unisc.br/index.php/psi/article/view/17227>. Acesso em: 28 mar. 2026.

ALVES, Ariane de Oliveira; MAGALHÃES, Ana Catarina Torres; MENDES, Sabrina Costa. **Impacto da terapia hormonal em adolescentes transexuais: uma revisão sistemática**. Brazilian Journal of Health Review, Curitiba, v. 4, n. 6, p. 24872–24874, nov./dez. 2021. DOI: 10.34119/bjhrv4n6-100.

ANDRADE, Cesar Henrique Marson de; CORREIA, Rodrigo Alves. **Reflexões sobre a contribuição das organizações não governamentais educacionais na promoção da equidade de gênero na infância e adolescência**. Direitos Democráticos & Estado Moderno, v. 1, n. 13, p. 65–81, jan./abr. 2025. DOI: <https://doi.org/10.23925/ddem.v1.n.13.69895>.

ARAÚJO, Erika Barbosa de; THEOPHILO, Glaucia Lima de Magalhães. **Transgêneros: ainda incompreendidos?** Redoc, Rio de Janeiro, v. 3, n. 1, p. 73?, jan./abr. 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.12957/redoc.2019.39490>. Acesso em: 26 abr. 2026.

BARBOSA DE OLIVEIRA MEDEIROS, Estéfani; CADONÁ, Eliane. **Vivências de pessoas transgênero na educação básica: uma revisão da literatura**. Diversidade e Educação, [S. l.], v. 12, n. 1, p. 417–

441, 2024. DOI: 10.14295/de.v12i1.17108. Disponível em: <https://periodicos.furg.br/divedu/article/view/17108>.

BOFF, Rogers Alexander; COITINHO, Adriane Cássia Silva; STREY, Marlene Neves. **Transformação corporal:** uma questão de identidade e sobrevivência para pessoas trans. Serviço Social & Sociedade, São Paulo, v. 148, n. 3, e-6628470, 2025. DOI: <https://doi.org/10.1590/0101-6628.470>.

BRASIL. **Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990.** Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Disponível em: <https://www.jusbrasil.com.br/artigos/eca-o-acesso-a-justica-e-a-protecao-dos-direitos-da-crianca-e-do-adolescente/4071944943>.

BRAZ, D. G. de C. *et al.*, **Vivências familiares no processo de transição de gênero.** Acta Paulista de Enfermagem, v. 33, p. eAPE20190251, 2020.

BROWN, C.; PORTA, C. M.; EISENBERG, M. E. *et al.*, **Family relationships and the health and well-being of transgender and gender-diverse youth:** a critical review. LGBT Health, v. 7, n. 8, p. 407–419, 2020.

BUGATTI, Ana Laura; ARAUJO, Guilherme Moreira Borges; ARAÚJO, Laís Moreira Borges; AMÂNCIO, Natália de Fátima Gonçalves. **Importância da psicoterapia para crianças e adolescentes transgênero:** uma análise literária. Research, Society and Development, v. 12, n. 1, e6512139289, 2023. ISSN 2525-3409. DOI: <http://dx.doi.org/10.33448/rsd-v12i1.39289>.

BUTLER, Judith. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade**. Tradução de Renato Aguiar. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

CASA MIIGA. **A Casa Miga**. Disponível em: <https://casamiga.org>. Acesso em: 25 abr. 2026.

CASTILHO, Juliana; PINTO, Renata. **A imagem corporal de crianças transgênero: contribuições da psicomotricidade**. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE PSICOMOTRICIDADE, 15.; CONGRESSO INTERNACIONAL DE PSICOMOTRICIDADE, 2., 2022, Online. Anais eletrônicos [...]. [S. l.]: Galoá, 2022. Disponível em: <https://proceedings.science/psicomotricidade-2022/trabalhos/a-imagem-corporal-de-criancas-transgenero-contribuicoes-da-psicomotricidade?lang=pt-br>. Acesso em: 28 mar. 2026.

CASTRO, Ana Gabriela de Sá Barreto; BARBOSA, Pedro Yuri da Paz; ALVES, Maria Edhuarda Pires; PORTELA, Júlia Helen Cavalcante; BARBOSA, Vilkiane Natercia Malherme. **Desafios de acesso e cuidado em saúde mental das pessoas trans e sua interface com a Psicologia: revisão sistemática**. Revista COR LGBTQIA+, Curitiba, v. 3, n. 9, p. 74–88, jul. 2025. ISSN 2764-0426.

CASTRO, Isabela de; JESUS, Jaqueline Gomes de; GOMES, Andréia Patrícia. **Conflitos bioéticos no atendimento a adolescentes trans: uma análise sob a óptica da Bioética de Proteção**. Revista Iberoamericana de Bioética, n. 29, p. 01–15, 2025. ISSN 2529-9573. DOI: 10.14422/rib.i29.y2025.003. Acesso em: 28 mar. 2026.

CAZEIRO, Felipe; GALINDO, Dolores; SOUZA, Leonardo Lemos de; GUIMARÃES, Rafael Siqueira de. **Processo transexualizador no SUS:**

práticas e desafios. 2022. Disponível em: <http://hdl.handle.net/11449/236973>. Acesso em: 26 abr. 2026.

CHINAZZO, I. R. *et al.*, **Impacto do estresse de minoria em sintomas depressivos, ideação suicida e tentativa de suicídio em pessoas trans**. Ciência & Saúde Coletiva, Rio de Janeiro, v. 26, supl. 3, p. 5045–5056, 2021.

CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA. **Resolução CFM nº 2.427, de 8 de abril de 2025**. Revisa os critérios éticos e técnicos para o atendimento a pessoas com incongruência e/ou disforia de gênero e dá outras providências. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, n. 73, p. 174, 16 abr. 2025.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. **Nota Técnica CFP nº 11/2025**: atuação de profissionais de Psicologia no atendimento às pessoas trans, travestis e não binárias. Brasília: CFP, 2025.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. **Resolução CFP nº 01, de 29 de janeiro de 2018**. Estabelece normas de atuação para psicólogas/os em relação às pessoas transexuais e travestis. Brasília: CFP, 2018.

CONTRIBUTO CIENTÍFICO OPP – **Intervenção e acompanhamento nos cuidados de saúde das pessoas transgênero**: o papel dos psicólogos e psicólogas. Lisboa: Ordem dos Psicólogos Portugueses, 2023.

COPI, Lygia Maria. **Crianças e adolescentes LGBTQIA+**: a tutela jurídica da identidade à luz da doutrina da proteção integral. Revista da Faculdade de Direito da UFMG, Belo Horizonte, n. 83, p. 329–354, 2023. DOI: 10.12818/P.0304-2340.2023v83p329. Disponível em:

<https://revista.direito.ufmg.br/index.php/revista/article/view/2636>.

Acesso em: 14 mar. 2026.

CORDEIRO, Alexander Magno; OLIVEIRA, Glória Maria de; RENTERÍA, Juan Miguel; GUIMARÃES, Carlos Alberto. **Revisão sistemática:** uma revisão narrativa. Revista do Colégio Brasileiro de Cirurgiões, Rio de Janeiro, v. 34, n. 6, p. 428–431, 2007. DOI: 10.1590/S0100-69912007000600012. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0100-69912007000600012>. Acesso em: 06 jul. 2026.

DA CRUZ, Edson Junior Silva; CAVALCANTE, Lilia Iêda Chaves; PEDROSO, Janari da Silva. **Rede de apoio social e afetivo de adolescentes em acolhimento institucional e de seus familiares.** Psicologia Argumento, [S. l.], v. 40, n. 109, 2022. DOI: 10.7213/psicolargum40.109.AO05. Disponível em: <https://periodicos.pucpr.br/psicologiaargumento/article/view/28233>. Acesso em: 21 fev. 2026.

DA SILVA, G.; LAFFIN, M. H. L. F.; VIGANO, S. de M. M. **(Trans)Vivências e experiências de escolarização na Educação de Jovens e Adultos.** Revista da FAEEBA – Educação e Contemporaneidade, Salvador, v. 32, n. 72, p. 204–219, 2023. DOI: 10.21879/faeeba2358-0194.2023.v32.n72.p204-219. Disponível em: <https://revistas.uneb.br/faeeba/article/view/17630>. Acesso em: 14 mar. 2026.

GAKU, Keito. **Boys Run the Riot.** Tradução de Luís Libaneo. São Paulo: JBC, 2022. v. 1. ISBN 9786555943702.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa.** 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002. Disponível em: https://files.cercomp.ufg.br/weby/up/150/o/Anexo_C1_como_elaborar_

[projeto_de_pesquisa_-_antonio_carlos_gil.pdf](#). Acesso em: 06 jul. 2026.

LIMA, Lina Márcia Abadia; ROSA, Renata Cristina Martins. **O psicólogo no processo da construção da identidade de gênero na adolescência**. Centro Universitário Mário Palmério (UNIFUCAMP), 2023. Disponível em: <http://repositorio.fucamp.com.br/jspui/handle/FUCAMP/657>. Acesso em: 26 abr. 2026.

LINS, J. C.; ALVES, V. M.; SANTOS, V. A.; SANTOS, A. A. **Sofrimento mental, suporte familiar e empoderamento de pessoas transgênero**. Acta Paulista de Enfermagem, v. 37, eAPE02465, 2024.

MANIKA, Lenita Gomes Barbosa; SCHNAIDER, Lilian Lima Bonfim Costa; SILVA, Diego da. **Da infância à adolescência: explorando a crise existencial da transição**. Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação – REASE, São Paulo, v. 10, n. 11, p. 7480–7490, nov. 2024. ISSN 2675-3375. DOI: <https://doi.org/10.51891/rease.v10i11.17143>.

MINHA CRIANÇA TRANS. **Projeto Quem Somos?** Mapeamento da população trans infanto juvenil do município de São Paulo. Disponível em: <https://minhacriancatrans.org>. Acesso em: 25 abr. 2026.

NOVA, Adeildo Vila; ARANHA, Thiago A. **Políticas públicas para adolescentes transexuais: a perspectiva de interseccionalidade no Brasil**. Práxis em Saúde, [S. l.], v. 2, n. 1, p. 01–21, 2025. DOI: 10.56579/prxis.v2i1.1800. Disponível em: <https://revistas.ceeinter.com.br/praxisensaude/article/view/1800>. Acesso em: 28 mar. 2026.

ORGANIZAÇÃO PAN-AMERICANA DA SAÚDE. **Saúde do adolescente.** Disponível em: <https://www.paho.org/pt/topicos/saude-do-adolescente>.

PEREIRA, Ségismar de Andrade. **Psicanálise da trans-forma-ção:** a coragem do gesto. Revista Brasileira de Psicanálise, v. 59, n. 4, 2025. DOI: 10.69904/0486-641X.v59n4.03.

PRODANOV, Cleber Cristiano; FREITAS, Ernani Cesar de. **Metodologia do trabalho científico:** métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico. 2. ed. Novo Hamburgo: Feevale, 2013. Disponível em: <https://www.feevale.br/Comum/midias/0163c988-1f5d-496f-b118-a6e009a7a2f9/E-book%20Metodologia%20do%20Trabalho%20Cientifico%20.pdf>. Acesso em: 06 jul. 2026.

ROTHER, Edna Terezinha. **Revisão sistemática X revisão narrativa.** Acta Paulista de Enfermagem, São Paulo, v. 20, n. 2, p. v–vi, 2007. DOI: 10.1590/S0103-21002007000200001. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0103-21002007000200001>. Acesso em: 06 jul. 2026.

SANTOS JÚNIOR, Amilton dos. **O Conselho Federal de Medicina e a proibição de terapia hormonal para jovens com incongruência e/ou disforia de gênero.** Portal da Faculdade de Ciências Médicas da Unicamp, Campinas, 12 jun. 2025. Disponível em: <https://portal.fcm.unicamp.br/artigo/o-conselho-federal-de-medicina-e-a-proibicao-de-terapia-hormonal-para-jovens-com-incongruencia-e-ou-disforia-de-genero/>. Acesso em: 28 mar. 2026.

SELLES, Beatriz Rodrigues Silva; ALMEIDA, Patty Fidelis de; AHMAD, Andréa Felizardo; LEMOS, Adriana; RIBEIRO, Claudia Regina. **Redes sociais de apoio às pessoas trans:** ampliando a produção de cuidado. *Saúde em Debate*, Rio de Janeiro, v. 46, n. especial 6, p. 148–161, dez. 2022. DOI: 10.1590/0103-11042022E613.

SOUZA, Thi Juliano dos Santos; MARQUES, João Miguel; SCANAVINO, Marco de Tubino; ZAMIGNANI, Denis Roberto; COSTA, Angelo Brandelli. **Desfechos negativos em saúde mental de minorias de sexo e de gênero:** uma análise comportamental a partir da teoria do estresse de minorias. *Revista Perspectivas*, edição especial, p. 69–85, 2022.

VIEIRA, Erick da Silva; DUTRA, Clarissa Viola; REZENDE-PEREIRA, Carlos Allencar Servulo; CAVALCANTI, Céu Silva. **Psicologia e políticas de saúde da população trans:** encruzilhadas, disputas e porosidades. *Psicologia: Ciência e Profissão*, v. 39, n. spe 3, p. 161–173, 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1982-3703003228504>. Acesso em: 26 abr. 2026.

WROBLEVSKI, B. *et al.*, **Relação entre insatisfação corporal e saúde mental dos adolescentes brasileiros:** um estudo com representatividade nacional. *Ciência & Saúde Coletiva*, v. 27, n. 8, p. 3227–3238, ago. 2022.

¹ Discente do Curso Superior de Psicologia do Centro Universitário Fametro (CEUNI – FAMETRO) Campus Manaus. E-mail: [acesse o artigo original para visualizar o e-mail](#)

² Discente do Curso Superior de Psicologia do Centro Universitário Fametro (CEUNI – FAMETRO). Campus Manaus. E-mail: [acesse o](#)

[artigo original para visualizar o e-mail](#)